

do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a licença da Promotora de Justiça Leane Barros Fiuza de Mello;
CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça NATANAEL CARDOSO LEITÃO para exercer na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, as atribuições do 7º cargo, nos dias 18 e 19/6/2015, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 26 de junho de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 3785/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

R E S O L V E:

REVOGAR, a partir de 22/6/2015, a designação da Promotora de Justiça MARIA DE LOURDES COSTA BRASIL para exercer as atribuições do cargo da Promotoria de Justiça de Maracanã, contida na portaria nº 2394/2015-MP/PGJ, de 4/5/2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 26 de junho de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

*Republicada por incorreção no D.O.E de 30.06.2015.

PORTARIA N.º 3813/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO as férias da Promotora de Justiça Alessandra Muniz Mardegan;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito 9º cargo das Promotorias de Justiça de Marabá;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob n.º 26044/2015;

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ para exercer nas Promotorias de Justiça de Marabá, as atribuições do 9º cargo, no período de 6 a 20/7/2015, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 29 de junho de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 3815/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO as férias do Promotor de Justiça Laércio Guilhermino de Abreu;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 1º cargo das Promotorias de Justiça de Salinópolis;

CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da

mesma entrância e do mesmo polo;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob n.º 28661/2015;

R E S O L V E:

I - DESIGNAR a Promotora de Justiça CRISTINA MARIA DE QUEIROZ COLARES para, sem prejuízo das demais atribuições e em atuação conjunta, exercer nas Promotorias de Justiça de Salinópolis, as atribuições do 1º cargo, nos períodos de 1º a 5/7/2015 e de 14 a 31/7/2015.

II - DESIGNAR o Promotor de Justiça AMARILDO DA SILVA GUERRA para, sem prejuízo das demais atribuições e em atuação conjunta, exercer nas Promotorias de Justiça de Salinópolis, as atribuições do 1º cargo, no período de 8 a 25/7/2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 29 de junho de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 3899/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará - Lei nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO o afastamento da Promotora de Justiça Eliane Cristina Pinto Moreira para curso de Pós-Doutorado em Direito;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 8º cargo das Promotorias de Justiça de Castanhal;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob n.º 29016/2015;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça LUIZ GUSTAVO DA LUZ QUADROS para, sem prejuízo das demais atribuições, officiar em processo no dia 29/6/2015, autos n.º 0004813-72.2007.814.0015, de atribuição do 8º cargo das Promotorias de Justiça de Castanhal, podendo adotar medidas que entender cabíveis.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 30 de junho de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 3900/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

R E S O L V E:

REVOGAR, a partir de 13/7/2015, a designação dos seguintes Promotores de Justiça:

I - ADRIANA PASSOS FERREIRA para exercer as atribuições do cargo da Promotoria de Justiça de Pacajá, contida na portaria nº 2938/2015-MP/PGJ, de 20/5/2015;

II - AMANDA LUCIANA SALES LOBATO para exercer as atribuições do cargo da Promotoria de Justiça de Goianésia do Pará, contida na portaria nº 2937/2015-MP/PGJ, de 20/5/2015;

III - ANA MARIA MAGALHÃES DE CARVALHO para exercer as atribuições do cargo da Promotoria de Justiça de Chaves, contida na portaria nº 2390/2015-MP/PGJ, de 4/5/2015;

IV - BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ para exercer as atribuições do cargo da Promotoria de Justiça de Anajás, contida na portaria nº 2392/2015-MP/PGJ, de 4/5/2015;

V - BRUNO BECKEMBAUER SANCHES DAMASCENO para exercer as atribuições do cargo da Promotoria de Justiça de Limoeiro do Ajuru, contida na portaria nº 594/2015-MP/PGJ, de 6/2/2015;

VI - CEZAR AUGUSTO DOS SANTOS MOTTA para exercer as atribuições do cargo da Promotoria de Justiça de Gurupá, contida na portaria nº 2388/2015-MP/PGJ, de 4/5/2015;

VII - DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO para exercer as atribuições do cargo da Promotoria de Justiça de Acará, contida na portaria nº 2386/2015-MP/PGJ, de 4/5/2015;

VIII - EDSON AUGUSTO CARDOSO DE SOUZA para exercer as atribuições do cargo da Promotoria de Justiça de Afuá, contida

na portaria nº 2393/2015-MP/PGJ, de 4/5/2015;

IX - FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ para exercer as atribuições do cargo da Promotoria de Justiça de Novo Repartimento, contida na portaria nº 2936/2015-MP/PGJ, de 20/5/2015;

X - OCIRALVA DE SOUZA FARIAS TABOSA para exercer as atribuições do cargo da Promotoria de Justiça de Currallinho, contida na portaria nº 2389/2015-MP/PGJ, de 4/5/2015;

XI - ROSANA CORDOVIL CORRÊA DOS SANTOS para exercer as atribuições do cargo da Promotoria de Justiça de Melgaço, contida na portaria nº 2387/2015-MP/PGJ, de 4/5/2015;

XII - WILSON PINHEIRO BRANDÃO para exercer as atribuições do cargo das Promotorias de Justiça de Bagre e Portel, contida na portaria nº 2391/2015-MP/PGJ, de 4/5/2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 30 de junho de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 3901/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) c/c art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a vacância do cargo da Promotoria de Justiça de Curionópolis;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito da Promotoria de Justiça de Curionópolis;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JUNIOR para, sem prejuízo das demais atribuições, officiar em audiência no processo criminal n.º 00069511.2015.814.0018, de atribuição do cargo da Promotoria de Justiça de Curionópolis, no dia 2/7/2015, podendo adotar medidas judiciais e extrajudiciais que entender cabíveis.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 30 de junho de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 3903/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO que o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará, em sua 14ª Sessão Ordinária, realizada em 6/8/2014, unanimemente, decidiu pelo deferimento do pedido de afastamento parcial do Dr. Renato Belini de Oliveira Costa, Promotor de Justiça, devendo ser designado para atuar em cargos de Promotoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém, conforme manifestação da Subprocuradoria-Geral de Justiça para área Jurídico-Institucional;

CONSIDERANDO que só, excepcionalmente, o Promotor de Justiça pode exercer suas atribuições em Promotoria de Justiça diversa da qual for titular;

CONSIDERANDO que a decisão proferida nos autos do Processo em epígrafe justifica tal medida excepcional;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 1º cargo das Promotorias de Justiça Criminal de Ananindeua;

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º da Resolução nº 002/2009/MP/CSMP;

CONSIDERANDO os termos do ofício n.º 132/2015-MP/ANAN/COORD., de 22/6/2015, protocolizado sob n.º 27682/2015, em 22/6/2015;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça RENATO BELINI DE OLIVEIRA